

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VIII – Nº 1.603 – BRASÍLIA, QUARTA-FEIRA, 20 DE NOVEMBRO DE 2002

Emenda altera exigências do Fundo de Segurança

Municípios sem guarda própria também poderão receber recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública. É o que consta de emenda de Arlindo Porto aprovada ontem pela Comissão Mista de Segurança Pública.

PÁGINA 7

Compensação a município com hidrelétrica pode aumentar

Projeto que tramita na Comissão de Assuntos Econômicos eleva a compensação financeira destinada pela União aos municípios que sediam usinas hidrelétricas, reduzindo a parcela que cabe aos estados.

PÁGINA 2

Senado aprova venda de ações do Banco do Brasil

Medida provisória que permite à União fazer oferta pública de 16,5% do capital total do BB recebeu 42 votos favoráveis. Hoje os senadores devem examinar outras quatro MPs, inclusive a que trata do uso de recursos do superávit orçamentário para abatimento da dívida mobiliária federal.

PÁGINA 3



Roosevelt Pinheiro

Oposição pediu verificação de quórum, mas houve votos suficientes para garantir a autorização de venda das ações do BB



José Cruz

Sérgio Machado: atualização das receitas aponta aumento nominal de R\$ 16,7 bilhões

Reestimativa de receita para 2003 não é inflacionária, afirma relator

PÁGINA 5



Jane de Araújo

Cúpula Parlamentar de Integração Continental debateu a Alca e o Mercosul

Tebet quer Parlamento no combate ao protecionismo

PÁGINA 8

CAE discute a crise financeira da Varig

A crise financeira da Varig, que acumula dívidas de quase R\$ 1 bilhão, foi atribuída ontem, durante audiência pública promovida pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), à falta de uma política pública para a aviação civil e à gestão da companhia. A audiência foi requerida pelo senador Roberto Saturnino (PT-RJ).

De acordo com o representante da Associação de Pilotos da Varig (Apvar), Élnio Borges, o modelo de gestão da empresa é o principal responsável pela crise. Ele se posicionou contra propostas de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) à empresa que impliquem apenas injeção de recursos públicos sem fiscalização da sociedade.

O problema é que não foi discutida a questão da governança corporativa, que produziu demissões e terceirização e triplicou a dívida da empresa — afirmou.

O representante da associação dos pilotos defendeu a presença, na audiência que a CAE realiza no dia 26, do técnico responsável por consultoria para reestruturação da empresa, contratada pela Apvar. Conforme a agenda do encontro, o assunto será discutido apenas com a direção da empresa. Roberto Saturnino prometeu defender a proposta.

Saturnino disse que é intenção dos senadores debater o setor como um todo, mas foi necessário discutir logo o caso específico da Varig, ante a possibilidade de atuação precipitada do BNDES no caso.

A senadora Emilia Fernandes (PT-RS) também criticou a falta de política para a aviação civil.

Projeto eleva compensação a município com hidrelétrica

Benefício subiria de 45% para 65% do total de recursos arrecadados pelo Tesouro Nacional das concessionárias geradoras de energia

A compensação financeira destinada aos municípios que abrigam usinas hidrelétricas poderá ser elevada de 45% para 65% dos recursos arrecadados das concessionárias pelo Tesouro Nacional, que corresponde a 6,75% do total da energia produzida. Atualmente, estados e municípios recebem o mesmo percentual de compensação.

A elevação do percentual, prevista em projeto de lei da Câmara, recebeu ontem voto favorável do senador Roberto Saturnino (PT-RJ), relator da matéria na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Foi concedida vista da matéria ao senador Ney Suassuna (PMDB-PB).

Para viabilizar a mudança, os recursos destinados aos estados a que os municípios pertencem seriam reduzidos dos atuais 45% para 25%. Os demais beneficiários continuariam recebendo os mesmos percentuais da arrecadação

total em vigor: Ministério do Meio Ambiente, 3%; Ministério de Minas e Energia, 3%; e Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), 4%.

O projeto também aumenta a participação do município de Guaíra (PR) no rateio dos royalties pagos pela hidrelétrica de Itaipu. O senador lembra que o município foi bastante atingido pela inundação provocada pelas obras da hidrelétrica, o que culminou, inclusive, no desaparecimento do Salto de Sete Quedas,

com grande perda de receita advinda do turismo.

Na presidência da reunião da CAE, o senador Bello Parga (PFL-MA) decidiu, também, conceder à senadora Heloísa Helena (PT-AL) vista do projeto da Câmara que reduz a carga tributária incidente sobre as indústrias gráficas. A proposta fixa novos critérios de cobrança do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), de competência estadual, e do Imposto Sobre Serviços (ISS), de competência municipal, de modo a evitar bitributação.

O projeto define o que vem a ser uma mercadoria industrial (sujeita ao ICMS, cuja alíquota máxima é de 17% a 18%, dependendo do estado) e um serviço gráfico (sujeito, portanto, ao ISS, cuja alíquota máxima é de 5%).

A matéria recebeu parecer favorável do relator, senador José Agripino (PFL-RN), cuja leitura parcial foi feita ontem, pelo senador Lindberg Cury (PFL-DF).



Roberto Saturnino apresentou relatório favorável ao projeto da Câmara

Comissão do São Francisco vota relatório

A comissão especial incumbida de acompanhar o projeto de revitalização do Rio São Francisco deve votar hoje, a partir das 14h30, seu relatório final.

O documento, elaborado pelo relator, senador Waldeck Ornêlas (PFL-BA), alerta para o fato de as dotações orçamentárias previstas para 2003 serem muito parcas. “O projeto de conservação e revitalização do São Francisco estará condenado à irrelevância. Com esse ritmo de execução, o projeto de revitalização exigirá um século ou quatro gerações. As atuais condições do rio não suportariam tão longo prazo”, argumenta ele.

Para assegurar recursos destinados à recuperação do rio em volume adequado, Waldeck Ornêlas recomenda a aprovação pela Câmara dos Deputados da proposta de emenda constitucional do Senado que destina R\$ 200 milhões por ano, durante 20 anos, ao Fundo para a Revitalização e Desenvolvimento Sustentável da Bacia do São Francisco.

Conforme o relator, o texto em exame na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara “garantirá os recursos anuais necessários, tornando a proposta imune às mudanças ou humores de governos e ministros”. O fundo seria



Waldeck Ornêlas defende proposta do Senado que assegura recursos para revitalização do rio

constituído por 0,05% da arrecadação dos impostos de competência da União, deduzidas vinculações e transferências constitucionais.



AGENDA

QUARTA-FEIRA, 20 DE NOVEMBRO DE 2002

Presidente
Ramez Tebet

17h — Encontro com o deputado federal Arnaldo Faria de Sá, acompanhado de Zilda Halben Guerra, presidente da Associação dos Professores Aposentados do Magistério Público de São Paulo (Apampsp) e da senadora Dalva Freitas Guerra

15h30 — Preside sessão deliberativa ordinária do Senado Federal

PLENÁRIO

14h30 — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: Projeto de Lei de Conversão nº 25/02, que dispõe sobre a utilização das fontes de recursos existentes no Tesouro Nacional no encerramento do exercício financeiro de 2001; Projeto de Lei de Conversão nº 26/02, que dispõe sobre assunção, pela União, de responsabilidades civis perante terceiros no caso de atentados terroristas ou atos de guerra contra aeronaves de matrícula brasileira operadas por empresas brasileiras de transporte aéreo público, excluídas as empresas de táxi aéreo; Projeto de Lei de Conversão nº 27/02, que altera o artigo 25 da Lei nº 9.605/98, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente; Projeto de Lei de Conversão nº 28/02, que dispõe sobre a proteção de informação não divulgada submetida para aprovação da comercialização de produtos; PR nº 68/02, autoriza a União a conceder garantia à contratação de operação de crédito externo no valor equivalente a até US\$ 75 milhões, de principal, entre a Caixa Econômica Federal e o Bird, destinada a financiar parcialmente o Programa de Modernização do Setor de Saneamento — PMSS II; PR nº 69/02, autoriza a União a conceder garantia, e o governo de Goiás a conceder contragarantia à União — ambas referentes ao empréstimo do Saneamento de Goiás S.A. (Saneago) junto ao BID, no valor equivalente a até US\$ 47,6 milhões, destinado a financiar, parcialmente, o Programa de Água e Saneamento de Goiânia; votação, em primeiro turno, da PEC nº 29/00 (tramitando em conjunto com as PECs nºs 21/95; 5, 16, 21, 23, 33, 54, 62, 71, 74, 81 e 92/99; 1, 5 e 20/00; e 15/01), introduz modificações na estrutura do Poder Judiciário; segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 2/02, altera o parágrafo 5º do artigo 212 da Constituição federal (destinação do salário-educação); entre outros.

COMISSÕES

9h — Comissão de Assuntos Sociais. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 9

10h — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 19

11h30 — Comissão de Fiscalização e Controle. Ala Senador Nilo Coelho — Sala 6

14h30 — Comissão Especial de Revitalização do Rio São Francisco. Ala Senador Nilo Coelho — Sala 6

17h30 — Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (conjunta com a CRE da Câmara dos Deputados). Ala Senador Nilo Coelho — Sala 02

Após a ordem do dia — CPI da ONGs. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 9

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Ramez Tebet
1º Vice-Presidente: Edison Lobão
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares
1º Secretário: Carlos Wilson
2º Secretário: Antero Paes de Barros
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto e Maria do Carmo Alves

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Vagner Caldeira
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3573
Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Lara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquêas Dantas de Moraes, Eny Junia Carvalho e Rita Avelino

Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo

Arte: Cirilo Quartim

Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Fim do voto obrigatório está na pauta da CCJ

Proposta de emenda à Constituição (PEC) que torna o voto facultativo no país pode ser votada hoje pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A PEC é um dos 48 itens na pauta da comissão.

Na realidade, são duas propostas que tramitam conjuntamente, a primeira do senador Carlos Patrocínio (PTB-TO), e a segunda de autoria do senador Sérgio Machado (PMDB-CE). O relator da PEC, senador Iris Rezende (PMDB-GO), opinou pela aprovação da proposta de Machado e pelo arquivamento da de Patrocínio.

Os eleitores que se alistarem, no entanto, podem passar a receber um exemplar da Constituição brasileira. É o que determina outra proposta na pauta da CCJ, de autoria do senador Roberto Freire (PPS-PE). Ela tem voto favorável do relator, senador José Fogaça (PPS-RS).

Outra PEC com voto favorável do relator na CCJ estabelece que a transmissão de cargo, substituição ou sucessão do governador e do prefeito ocorrerá imediatamente após ausência, impedimento ou vacância do cargo. A proposição, de autoria do senador Ademir Andrade (PSB-PA), tem como relator o senador Amir Lando (PMDB-RO).

A CCJ pode ainda votar projeto de lei complementar do senador Ramez Tebet (PMDB-MS) que regulamenta a atuação da União para minimizar diferenças regionais. O projeto, que estabelece diretrizes e princípios para essa atuação, tem parecer favorável do relator, senador Bello Parga (PFL-MA), que apresentou duas emendas à proposição.

Consta também da pauta da CCJ projeto de lei do deputado Waldir Pires (PT-BA) que cria o Programa Permanente de Combate à Seca (Proseca). A matéria, que tem parecer favorável do relator, senador João Alberto Souza (PMDB-MA), será ainda apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais.

Senado autoriza venda de ações do BB

Pedido de verificação de quórum não impede aprovação da medida provisória que permite à União fazer oferta pública de 16,5% do capital total do Banco do Brasil

Por 42 votos a favor, nove contra e uma abstenção, o Senado aprovou ontem medida provisória (MP) que permite à União vender as ações que excedam ao mínimo necessário para manter o controle acionário do Banco do Brasil (BB). O objetivo da iniciativa é a reestruturação social do banco e sua inserção no chamado "Novo Mercado" de valores mobiliários, instituído pela Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa). Para a participação nesse segmento, a Bovespa exige pelo menos 25% das ações em circulação, razão pela qual o governo decidiu fazer a oferta pública de papéis. A MP agora vai à promulgação.

A União detém 71,8% do capital do BB, sendo titular de 73,2% do capital votante e de 70% do capital

preferencial. A MP aprovada agora permite que seja feita oferta pública da ordem de 16,5% do capital total, para que seja atingido o percentual



Medida provisória sobre venda das ações do BB recebeu 42 votos a favor e nove contra

mínimo exigido pela Bovespa. Nessa reestruturação social do BB, os trabalhadores podem utilizar o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) na compra das ações.

O cronograma proposto pelo governo prevê que a operação seja realizada até o fim do ano. Na exposição de motivos, o Executivo diz que os recursos obtidos serão integralmente utilizados no abatimento da dívida pública mobiliária federal.

Na deliberação sobre a matéria, o senador Tião Viana (PT-AC) pediu verificação de quórum. O senador José Fogaça (PPS-RS) argumentou que os contratos para alienação dessas ações já estão sendo colocados em oferta, na Internet, pelo Ban-

co do Brasil. Como a venda das ações está em andamento, ele considerou fundamental que a MP fosse aprovada, visto já estar gerando efeitos no mundo jurídico. A verificação indicou a existência de quórum e a matéria foi aprovada.

LIMINAR

Na última segunda-feira, o juiz Jamil Rosa de Jesus, da 14ª Vara da Justiça Federal em Brasília, concedeu liminar suspendendo a oferta pública das ações. A liminar foi dada em ação movida pela União Nacional dos Acionistas Minoritários do Banco do Brasil. Ontem, o banco decidiu suspender temporariamente a venda até que a Advocacia Geral da União (AGU) apresente recurso para tentar derrubar a liminar. A decisão judicial abrange apenas o BB. As instituições financeiras autorizadas a vender as ações continuam a negociar os papéis.

Acordo transfere para hoje votação de quatro medidas provisórias

Por acordo de lideranças, o Senado adiou para hoje a votação de quatro medidas provisórias e da proposta de reforma do Judiciário que aguardavam deliberação na sessão de ontem. No momento em que iria ser votado o projeto de lei de conversão da MP que permite a utilização de recursos do superávit orçamentário de 2001 para abatimento da dívida mobiliária federal, as lideranças partidárias decidiram transferir a deliberação para hoje.

Vice-líder do governo, o senador Romero Jucá (PSDB-RR) apelou aos líderes alegando haver um pleito pela abertura de exceção, na operação prevista na MP, para um fundo destinado ao Comando da Marinha. Ele informou que, se houver essa desvinculação, isso representará cerca de R\$ 300 milhões para

que a Marinha possa se equipar e melhorar sua atuação. Disse ainda que estava tratando do assunto com a equipe econômica e pediu o adiamento da votação. A senadora Heloísa Helena (PT-AL) reconheceu que o tema era complexo e poderia ter sua decisão adiada.

Também ficou para hoje a votação de outras três MPs: a primeira responsabiliza civilmente a União na ocorrência de danos a bens e pessoas provocados por atentados terroristas contra aeronaves brasileiras, no Brasil ou no exterior; a segunda permite o leilão de madeiras apreendidas por infração ambiental; e a outra regulamenta a proteção contra o comércio desleal de informações necessárias ao registro de medicamentos, fertilizantes e agrotóxicos.

Suassuna quer mais estudo sobre proteção a produtos farmacêuticos

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) disse ter ficado satisfeito com a interrupção da votação das medidas provisórias ontem e conclamou os demais senadores a avaliarem melhor o projeto de lei de conversão referente à MP que protege informações sobre produtos farmacêuticos submetidos à aprovação de comercialização. Com isso, acredita ele, o debate poderá ser aprofundado hoje.

Suassuna disse que a aprovação do projeto de conversão poderá prejudicar a licença provisória e a patente de medicamentos para tratamento da Aids.



Ney Suassuna diz que mudança na MP pode gerar problemas

— A MP foi criada para produtos farmacêuticos agropecuários, mas agora se generalizou. Como está, ajuda um lado e prejudica o outro — afirmou, argumentando, ainda, que o projeto poderá impor perdas em relação à Lei de Patentes.

O senador Osmar Dias (PDT-PR) disse que as informações técnicas dos produtos farmacêuticos para o mercado agropecuário têm sua divulgação proibida por dez anos, para que a empresa possa recuperar investimentos em pesquisa.

— Do ponto de vista dos consumidores, a medida provisória é positiva — observou.

CFC pode pedir mais informações sobre inspeção realizada no DNER

A Comissão de Fiscalização e Controle (CFC) analisa, em sua reunião de hoje, às 11h30, parecer do senador Wellington Roberto (PTB-PB) solicitando informações ao Tribunal de Contas da União (TCU) sobre inspeção realizada no Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER) para apurar denúncias publicadas pela imprensa a respeito de contrato firmado entre o órgão e a empresa Protos Engenharia.

Todos os demais itens da pauta da CFC, que é presidida pelo senador Amir Lando (PMDB-RO), são pareceres de relatores sugerindo a remessa de processos ao arquivo.

Ramez Tebet recebe visita de cortesia de Geraldo Brindeiro

Na tarde de ontem, o procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro, realizou visita de cortesia ao presidente do Senado, Ramez Tebet (foto). O procurador disse que espera brevemente receber Tebet na Procuradoria Geral, até porque o presidente do Senado foi homenageado com uma comenda do Ministério Público, por ocasião da inauguração da sede do órgão, mas ainda não a recebeu.



Geraldo Brindeiro

Comissão de Tecnologia Digital faz reunião administrativa

A Comissão de Tecnologia Digital do Conselho de Comunicação Social realiza reunião de caráter administrativo hoje.

O coordenador da comissão é Daniel Herz, representante da categoria profissional dos jornalistas. Ela é integrada ainda pelo engenheiro Fernando Bittencourt; o representante das categorias profissionais de cinema e vídeo, Geraldo Pereira dos Santos; o representante das empresas de televisão, Roberto Wagner Monteiro; o representante das empresas de rádio, Paulo Machado de Carvalho Neto; e o representante da categoria profissional dos artistas, Berenice Isabel Mendes Bezerra.

Projeto favorece mulher na aquisição de moradia

Comissão de Assuntos Sociais deverá analisar hoje proposta que reserva 20% dos recursos totais do SFH para as chefes de família

O projeto da senadora Emilia Fernandes (PT-RS) que reserva 20% do total de recursos do Sistema Financeiro de Habitação (SFH) para que a mulher considerada chefe de família possa adquirir a sua casa própria é uma das propostas que deverão ser examinadas hoje pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), a partir das 9h. A relatora do projeto na comissão, senadora Marina Silva (PT-AC), é favorável à aprovação da matéria.

Outros cinco projetos que criam novas oportunidades de saque do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) estão incluídos



Emilia Fernandes quer facilitar o acesso das mulheres ao SFH

na pauta da reunião. De acordo com as propostas, parte do fundo poderá ser usada na compra de veículo ou microcomputador, na expansão de negócio próprio,

Rosevelt Pinheiro

na quitação de prestações atrasadas de financiamentos habitacionais e em cirurgias, excluídas as estéticas.

Presidida pelo senador Romeu Tuma (PFL-SP), a CAS deve examinar também projeto da deputada Laura Carneiro (PFL-RJ) que concede atendimento preferencial a idosos, gestantes, portadores de deficiência e crianças de primeira idade na marcação de consultas e exames complementares no Sistema Único de Saúde (SUS) e hospitais conveniados.

Ainda na pauta da comissão está matéria que regulamenta a profissão de artista circense, de autoria de Roberto Requião (PMDB-PR).

Mauro defende uso do FGTS para compra de lote

O senador Mauro Miranda (PMDB-GO) defendeu ontem a aprovação do projeto de lei que permite a utilização do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) na compra de lote urbanizado, visando à construção de casa própria. O projeto proveniente da Câmara dos Deputados foi aprovado na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) do Senado, na semana passada.

Mauro argumentou que boa parte dos trabalhadores não tem condições de comprar casa própria, mesmo com as atuais opções para utilização do FGTS – aquisição de casa pronta e abatimento

do saldo devedor ou de prestações do Sistema Financeiro de Habitação (SFH).

– Esses trabalhadores, tendo um lote, podem construir sua moradia aos poucos, com o próprio trabalho ou através de mutirão com vizinhos – argumentou.

O projeto estabelece como restrições à compra de lote que o tamanho máximo do mesmo seja de 240 metros quadrados, que a quantia financiada seja menor que



Para Mauro Miranda, proposta também observa classe média

Rosevelt Pinheiro

80% do valor do FGTS, além da exigência de conta vinculada com, no mínimo, três anos de depósitos contínuos. Para Mauro, essas medidas garantem a segurança de equilíbrio financeiro do FGTS, sem representar entrave para potenciais tomadores.

O senador observou que o déficit habitacional não se limita às camadas de baixa renda, mas inclui boa parte da classe média empobrecida.

Adiada votação sobre repasse ao Fundef

A Comissão de Educação (CE) adiou para a próxima terça-feira votação do projeto de lei de autoria do senador Paulo Souto (PFL-BA) que eleva o repasse financeiro da União para o Fundo de Manutenção do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef). O motivo do adiamento foi o pedido feito pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP) para que a equipe de transição do novo governo analise a proposta.

O objetivo do projeto é elevar de forma gradual, ao longo dos próximos anos, o valor da contribuição da União para o Fundef, no âmbito de cada estado. O senador José Jorge (PFL-PE), relator da matéria, apresen-

tou substitutivo à proposta original, determinando que o valor mínimo anual por aluno corresponda à razão entre a previsão da receita para o fundo e a matrícula total do ensino fundamental no ano anterior, acrescida do total estimado de novas matrículas.

Para José Jorge, a proposta visa permitir que o Fundef cumpra a sua função constitucional de garantir a crescente melhoria da qualidade do ensino e valorização salarial dos professores, através da canalização de maior volume de recursos. Os senadores Juvêncio da Fonseca (PMDB-MS), Waldemar Ornélas (PFL-BA), Ney Suassuna (PMDB-PB), Romeu Tuma (PFL-SP) e o próprio José Jorge defenderam a imediata aprovação

da matéria, por entender ser necessário o aumento da participação da União no Fundef, que vem caindo ano a ano.

Caso o projeto seja aprovado na próxima semana pela CE, seguirá para análise da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), onde será votado em decisão terminativa. Ou seja, se aprovada, a matéria vai direto para apreciação da Câmara dos Deputados, desde que não haja pedido para que seja votada pelo Plenário do Senado.

Na mesma reunião, a CE, presidida pelo senador Ricardo Santos (PSDB-ES), aprovou 17 projetos de decreto legislativo relativos a autorização para execução de serviços de radiodifusão.

Depoimento na CPI das ONGs intriga relatora

A senadora Marluce Pinto (PMDB-RR) manifestou sua insatisfação após ouvir depoimento do presidente da Agência de Desenvolvimento Sustentável Brasil em Renovação (Adesbrar), Domis Vieira Lopes, que recebeu cerca de R\$ 350 mil do Ministério da Cultura, por meio de emenda do deputado Salvador Zimbaldi (PSDB-SP), apesar da entidade não possuir alvará de funcionamento.

– Muito estranho. Participo há mais de 12 anos em CPIs no Congresso e nunca vi um caso desses – disse a relatora da comissão parlamentar de inquérito que apura a atuação das organizações não-governamentais (ONGs).

Marluce disse a Domis Vieira Lopes que não conseguia entender como ele havia conseguido receber os recursos do governo, apesar das várias irregularidades constatadas pelos senadores e admitidas por ele. Além da falta do alvará, a senadora observou que, enquanto a justificativa da emenda falava em amparo a velhos e crianças, a Adesbrar promoveu basicamente *shows* musicais.

A relatora disse que os poderes públicos costumam agir com muito mais rigor em relação aos par-

lamentares, quando se trata da liberação de emendas do Orçamento. O presidente da CPI, senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR), decidiu enviar documento ao ministro da Cultura, Francisco Weffort, solicitando, entre outras informações, a nota de empenho e cópia da prestação de contas apresentadas por Vieira Lopes.

O presidente da Adesbrar disse ter apresentado toda documentação solicitada pelo ministério. A pedido da relatora, ele ficou de enviar, “com a máxima urgência”, cópia dos documentos que permitam aos membros da comissão acompanhar como aconteceu todo o processo, desde a apresentação da emenda até a devolução dos recursos que ele diz não ter gastado, no valor de R\$ 11 mil. Depois que a comissão examinar o material, Dormis Vieira Lopes deverá ser novamente convocado.

Mozarildo decidiu reconvocar Alexandre Paes dos Santos, diretor da APS Consultoria Jurídica, que deveria depor ontem, mas enviou carta justificando sua ausência. Ele e o presidente da Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais (Abong), Sérgio Haddad, deverão comparecer à reunião do próximo dia 26.

Senado homenageia Prudente de Moraes

Por requerimento do senador Eduardo Suplicy (PT-SP), o Senado prestou homenagem ontem ao ex-presidente Prudente de Moraes (1841-1902), no centenário de seu falecimento. Prudente de Moraes foi o primeiro presidente civil da República e o primeiro a ser eleito diretamente pelo povo brasileiro. A solenidade contou com a presença de sua bisneta, professora Maria da Glória Silveira Mello.

Ao discursar em Plenário, Suplicy afirmou que a República brasileira começa mesmo com Pru-

dente de Moraes. Ele ressaltou que naquele período teve início “o governo do povo e pelo povo, abolindo a tirania, a aristocracia e a oligarquia”. Na primeira eleição direta do país, o ex-presidente obteve 276.583 votos, lembrou o senador.

Suplicy relatou as dificuldades políticas que o homenageado enfrentou com os militares conspirando para voltar ao poder pela força, bem como dificuldades sociais representadas pelo problema de Canudos, que terminou com o extermínio dos rebeldes.



Familiares de Prudente de Moraes acompanham solenidade no Senado em memória do primeiro presidente civil eleito diretamente

Roque de Sá

Receitas para 2003 devem ter R\$ 16,7 bi a mais

Segundo relator-geral do Orçamento, recursos adicionais não resultarão de fontes inflacionárias. Metodologia utilizada para a reestimativa foi a mesma aplicada pelo governo na montagem da proposta orçamentária, garantiu

A atualização das receitas orçamentárias para 2003 apontou um aumento nominal de R\$ 16,7 bilhões, conforme anunciou ontem o relator-geral do Orçamento, senador Sérgio Machado (PMDB-CE). Esses recursos adicionais não resultaram de qualquer utilização de "receita inflacionária", sublinhou Machado, rebatendo críticas de integrantes do governo Fernando Henrique Cardoso de que o Congresso estaria



Machado afirmou que cálculos foram realizados de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal

lançando mão de fontes inflacionárias para reestimar a receita do próximo exercício.

Em seu parecer, que poderá ser votado ainda hoje, o senador explica que a metodologia utilizada na reestimativa de receitas foi a mesma aplicada pelo governo para montar a proposta encaminhada ao Congresso Nacional em agosto, usando a inflação ocorrida até junho e projetando a dos outros meses. Os técnicos do Comitê de Avaliação de Receitas recalcularam a arrecadação de

2003 com base na inflação efetiva até o mês passado, medida pelo Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI) da Fundação Getúlio Vargas.

ESTIMATIVAS

O índice subiu de 8,12%, previstos no projeto de lei do Executivo, para 16,30% no acumulado dos 12 meses findos em outubro. Além disso, os técnicos usaram as estimativas do Banco Central de 3,5%, em novembro, e 1,65%, em dezembro, para fechar os números de 2002 e revisar a base de ar-

recadação para 2003.

O relator dedicou boa parte da coletiva para esclarecer essa metodologia e desfazer qualquer dúvida sobre a possibilidade de o Congresso estar usando "receita inflacionária" para atender as emendas dos parlamentares e o aumento do salário mínimo. "Não estamos alterando o cenário macroeconômico de 2003. Se tivéssemos alterado os parâmetros, aí sim estaríamos usando receita inflacionária", frisou. Segundo ele, a expectativa de inflação para 2003 continuou a mesma. O que mudou foi a base da arrecadação criada a partir dos aumentos de preços verificados em 2002.

Machado esclareceu ainda que os procedimentos adotados pela Comissão Mista de Orçamento têm amparo legal na Constituição e no artigo 12 da Lei de Responsabilidade Fiscal, que determina que as previsões de receita considerem os efeitos das alterações na legislação, da variação do índice de preços, do crescimento econômico ou de qualquer outro fator relevante.

Pouco dinheiro para atender emendas e salário mínimo

O Legislativo conta, por enquanto, com R\$ 5,5 bilhões para atender às emendas dos parlamentares e às despesas decorrentes do aumento do salário mínimo em 2003. O cálculo divulgado ontem pelo relator-geral do Orçamento, senador Sérgio Machado (PMDB-CE), mostra que esses recursos são insuficientes para acomodar os pleitos dos senadores e deputados e conceder o reajuste do mínimo. "É o Orçamento mais apertado dos últimos anos", lamentou.

O montante de emendas apresentadas alcança nada menos do que R\$ 44,6 bilhões, segundo o relator-geral. E a elevação do salário mínimo, dos R\$ 211 previstos na proposta orçamentária para R\$ 240, como pretende a maioria das lideranças partidárias, exigiria R\$ 3,67 bilhões, pelos cálculos dos técnicos do Comitê de Avaliação de Receitas do Orçamento, com base nos parâmetros da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

NEGOCIAÇÃO

Diante desse quadro, Machado está negociando com as lideranças partidárias e, em especial, com os representantes do PT, a definição do novo mínimo e o valor a ser reservado para as emendas parlamentares. Segundo o senador, somente as emendas individuais consumiriam R\$ 1,2 bilhão do total de R\$ 5,5 bilhões que o Congresso poderia realocar. Restariam apenas R\$ 4,3 bilhões para absorver o reajuste do mínimo, as emendas de bancada e as emendas coletivas, que representam a esmagadora maioria dos pleitos do Legislativo.

A quantia total que pode ser remanejada pelo Congresso não inclui os reforços de receita que poderão advir de decisões como a prorrogação da alíquota de 27,5% do Imposto de Renda das Pessoas Físicas, que poderão proporcionar um valor líquido de R\$ 950 milhões aos cofres públicos federais, e de outras fontes, como a fixação do novo teto da Contribuição de Intervenção sobre o Domínio Econômico (Cide) sobre os combustíveis. "Nós vamos indicar onde existem esses recursos adicionais, mas não estamos contando com eles", ressaltou.

O aumento bruto nominal da receita, de R\$ 16,7 bilhões, precisa ser partilhado com as vinculações obrigatórias, antes de se calcular a margem que sobra para o Congresso.

Segundo o senador, ela foi repartida da seguinte forma: R\$ 2,1 bilhões para as transferências a estados e municípios; R\$ 3,2 bilhões para a área da saúde, de acordo com a Emenda Constitucional nº 29, que vincula percentual do PIB nominal para o setor (o total orçado subiria de R\$ 28,3 bilhões para R\$ 31,5 bilhões); acréscimo de R\$ 4,1 bilhões para manter o superávit primário de 3,75% do PIB (o valor nominal aumentaria de R\$ 31,8 bilhões para R\$ 35,9 bilhões); e R\$ 1,7 bilhão para programas como o Fundo de Combate à Pobreza (que subiria de R\$ 4,5 bilhões para R\$ 4,9 bilhões), e subsídios implícitos em transferências constitucionais, entre outras destinações.

Alta de preços aumentará arrecadação

O projeto de lei orçamentária para o próximo ano, encaminhado ao Congresso no fim de agosto, previa que a inflação deste ano ficaria em 8,12%, levando-se em conta o Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI) da Fundação Getúlio Vargas. O aumento do dólar, no entanto, forçou a elevação da inflação, que

em outubro acumulou 16,3%.

Com a alta inesperada, a Comissão Mista de Orçamento teve de atualizar a estimativa de receita. Isso ocorre porque os principais impostos brasileiros – como o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) – são do tipo ad-valorem, ou seja, têm

como base uma alíquota que é aplicada sobre o valor dos bens e serviços. Se o preço do bem sobe por causa do processo inflacionário, aumenta também a previsão de arrecadação do governo. Segundo a comissão, a inflação já medida este ano deve provocar um aumento de R\$ 16,7 bilhões na receita orçamentária.

Projeto de irrigação voltará a ter verba federal

A Comissão Mista de Orçamento decidiu ontem considerar resolvidas algumas irregularidades encontradas pelo Tribunal de Contas da União (TCU) no projeto de irrigação de Serrinha, em Serra Talhada (PE). Assim, só uma parte das obras voltará a receber dinheiro do Orçamento federal. Continua na lista de obras com irregularidades a construção da rede de 79 quilô-

metros de eletrificação rural do projeto, em que os auditores do TCU identificaram pagamento irregular a uma empresa e serviços não concluídos.

Na mesma reunião, a comissão aprovou crédito suplementar de R\$ 6 milhões, proposto pelo presidente da República, para construção de ponte sobre o Rio Guaporé (MT), na BR-174. O Ministério dos Transportes obteve

também crédito suplementar de R\$ 677 milhões, destinados ao pagamento de despesas administrativas, a benefícios assistenciais aos servidores do extinto DNER e algumas obras. Por sua vez, a Caixa Econômica Federal receberá crédito especial de R\$ 1,4 bilhão para instalação de agências no Amazonas, Rondônia, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Distrito Federal.

Pleito dos parlamentares soma R\$ 44,58 bilhões

As 7.474 emendas apresentadas ao projeto de Orçamento para 2003 somam R\$ 44,58 bilhões. As áreas mais beneficiadas foram transportes (R\$ 9,6 bilhões), desenvolvimento urbano (que inclui habitação, saneamento e infra-estrutura), com R\$ 7,2 bilhões, e saúde (R\$ 6,3 bilhões). Veja abaixo as emendas apresentadas, por origem e valor:

Autor	Quantidade	Valor (R\$)
Deputados federais	5.983	1,026 bilhão
Senadores	921	159,18 milhões
Bancadas estaduais	427	26,541 bilhões
Comissões da Câmara dos Deputados	93	9,228 bilhões
Comissões do Senado	40	6,264 bilhões

Fonte: CMO

Patrocínio alerta para situação das crianças

Senador contesta relatório do governo que será apresentado em conferência da ONU. Apesar de reconhecer avanços em áreas como o acesso a escola, ele lembra o limitado cumprimento de metas

O senador Carlos Patrocínio (PTB-TO) disse ontem que é preciso “abrir a caixa-preta” em que se constitui a real situação da criança e do adolescente no Brasil, como primeira iniciativa para sua melhoria. Embora reconheça que metas importantes foram plenamente alcançadas, como a universalização do acesso à escola básica e a erradicação da poliomielite e do sarampo, ele alertou, com base em reportagem do jornal *Correio Braziliense*, que “o governo superestimou dados e mascarou a realidade”, no que se refere à qualidade de vida dos menores.

Patrocínio lembrou que há 12 anos, na 1ª Cúpula Mundial da Criança, patrocinada pela ONU, o Brasil comprometeu-se a melhorar a qualidade de vida dos menores, mediante um programa que fixava 27 metas a serem cumpridas, das quais apenas nove foram atingidas.

Citando notícias divulgadas pela imprensa, o senador afirmou que no relatório brasileiro sobre a qualidade de vida de crianças e adolescentes a ser apresentado em conferência mundial da ONU, o governo informa que a mortalidade materna foi reduzida em 50%, quando, segundo especialista na área da saúde da mulher, a queda ficou em torno de 20% nos



“Governo superestimou dados e mascarou a realidade”, afirma Patrocínio

últimos quatro anos. No relatório, consta que morrem 23,3 mulheres a cada 100 partos. O número é pelo menos cinco vezes maior, segundo dados da Rede Nacional Feminista de Saúde.

SANEAMENTO

Em outras metas para melhoria da qualidade de vida, o Brasil também deixou a desejar, como no acesso universal à água potável e ao tratamento sanitário, disse Patrocínio, embora reconheça que houve melhora nesses dois aspectos. Hoje 80% da população tem acesso à água e 64%, à rede de esgoto, informou, observando, no entanto, que 60% das internações hospitalares da rede pública são conseqüências de males provocados pela falta de esgotos.

O senador também citou dados

do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), segundo os quais o número absoluto de crianças brasileiras de 0 a 6 anos, vivendo em casas chefiadas por mulheres pobres – com renda mensal de até dois salários mínimos –, passou de 1,7 milhão, em 1991, para cerca de 2,3 milhões, hoje. De acordo com a mesma fonte, afirmou ele, apenas 10% das crianças, entre 0 e 3 anos, estão matriculadas em creches.

Quanto aos adolescentes e jovens, a maior dificuldade está no desemprego juvenil, pois, de 1991 a 2001, a taxa de desemprego ampliou-se de 11,7% para 13,4%, na faixa etária de 15 a 17 anos, observou. Patrocínio ressaltou que o comentário não significava o seu apoio à entrada prematura do jovem no mercado de trabalho. Ele criticou as políticas de inclusão social por meio de educação voltada para o trabalho, que “trazem um viés extremamente injusto, pois condenam os filhos dos pobres a entrar precocemente no mercado”.

Patrocínio ressaltou que o Brasil não pode se permitir estar atrasado, “depois de 500 anos de história, num dos aspectos mais importantes para o futuro de qualquer nação, que é a forma como trata suas crianças e adolescentes”.



No segundo dia do evento “Índios e Parlamentos”, participantes discutem a criação de uma câmara técnica, vinculada ao Congresso

Parlamento indígena é debatido em seminário

A criação de um parlamento indígena, vinculado ao Congresso Nacional e que funcionaria como uma câmara técnica destinada a discutir todas as questões de interesse das comunidades indígenas, foi o principal tema dos debates de um dos dois grupos formados no âmbito do seminário “Índios e Parlamentos”, ontem, no Senado.

O grupo, do qual participaram vereadores e um suplente de deputado federal indígenas, reuniu-se para analisar o tema “Acompanhamento e Participação nos Espaços Legislativos Federais”. O parlamento indígena, o sistema de cotas para garantir presença no Congresso Nacional e a formação de um partido foram tratados na reunião. O outro grupo debateu o tema “Participação nas Eleições, Avaliação e Perspectivas”.

SUBSÍDIOS

O parlamento indígena foi defendido por diversos líderes. Idjarruri Karajá, por exemplo, propôs a criação dessa instância política que, entre outras atribuições, desenvolveria campanha sobre a importância das eleições e daria subsídios aos candidatos a cargos eletivos. Azelene Kaingang, por sua vez, referiu-se ao Parlamento Sami, na Noruega, um fórum de discussão dos índios cujas decisões são ratificadas pelo parlamento daquele país.

Para a viabilização da proposta de um parlamento dos índios, foi sugerida por Gabriel Poti Guarani, vereador em Santa Catarina, a criação de uma comissão provisória, integrada por dez líderes, dez representantes das organizações locais e dez parlamentares indí-

genas. Cada região do país estaria representada por duas pessoas em cada segmento. Além do papel de articular um encontro nacional para a criação do parlamento, a comissão teria a atribuição de construir uma proposta a ser encaminhada ao futuro governo de Luiz Inácio Lula da Silva.

Também foram sugeridas alterações na proposta de emenda à Constituição (PEC) do deputado Antonio Feijão (PSDB-AP) que prevê a criação de uma vaga de deputado federal específica para comunidades nativas. Uma das sugestões de mudança é a de que haja, por estado, um deputado representando as comunidades, e a outra, de que haja dois.

CONSCIENTIZAÇÃO

Uma das questões debatidas foi a necessidade de conscientização política dos índios, defendida por José Adalberto Macuxi, suplente de deputado federal pelo PCdoB em Roraima, para quem eles deveriam receber cursos de formação política. Também foram sugeridas a reativação da Comissão do Índio da Câmara dos Deputados e uma moção sobre o futuro presidente da Fundação Nacional de Apoio ao Índio (Funai).

A reunião do grupo foi coordenada por Darcy Marubo, vereador pelo PCdoB. Estiveram presentes a deputada federal Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), para quem é preciso ampliar a participação no Parlamento, e o senador colombiano Rojas Birre, que defendeu a organização em torno de temas como a terra, a autonomia, a cultura. O seminário, organizado pelo Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc), tem o apoio do Senado.

Jucá denuncia “círculo vicioso da pobreza”

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) alertou para o que chamou de “círculo vicioso da pobreza” e as dificuldades encontradas pelos jovens das camadas de renda mais baixa para rompê-lo. Segundo o senador, existem hoje aproximadamente 2 milhões de jovens em situação de elevado risco, em decorrência da pobreza, do assédio das drogas, da criminalidade e da violência.

– Precisamos fazer algo, com urgência, para salvar o futuro de nossa juventude – afirmou.

Jucá explicou que esse total é referente apenas aos jovens residentes nas regiões metropolitanas, pois o número de jovens em situação semelhante no resto do país é muito maior. Para

ele, não é possível adotar a “atitude negativista e preconceituosa de atirar pedras e jogar a responsabilidade exclusiva no governo federal”, pois os males sociais brasileiros decorreriam de situações de injustiça ao longo de cinco séculos de desigualdades sociais.

O senador ressaltou que muita coisa tem sido feita por pessoas, grupos de pessoas, entidades religiosas, organizações não-governamentais e empresas particulares devido ao aumento no Brasil da consciência de responsabilidade social nos últimos anos. Ele prestou homenagem ao Centro de



Jucá homenageou a ONG Centro de Integração Empresa-Escola

Integração Empresa-Escola, entidade não-governamental, sem fins lucrativos, que há 40 anos busca aproximar o jovem das empresas e facilitar o primeiro emprego.

Célio Azevedo

Roque de Sa

Waldemar Rodrigues

Tuma ressalta os 38 anos de existência da Polícia Federal

Ex-diretor-geral da Polícia Federal (PF), o senador Romeu Tuma (PFL-SP) cumprimentou ontem a instituição pelos seus 38 anos de história e pela credibilidade de que goza em todo o país. Tuma lembrou que, desde sua criação, em 1964, ainda



Instituição goza de credibilidade em todo o país, disse Tuma

sob a designação de Departamento Federal de Segurança Pública, a PF assumiu atribuições nacionalmente demarcadas, como a tarefa de combater o narcotráfico e controlar as fronteiras.

Outra atribuição relevante, destacou, é o serviço contra crimes como o trabalho escravo. A Polícia Federal se dedica também ao combate de crimes financeiros, sonegação fiscal, lavagem de dinheiro e violação aos direitos humanos, afirmou.

De acordo com o senador, a instituição dispõe de 27 superintendências regionais e administra 78 delegacias, 15 postos de serviços temporários, 16 órgãos centrais e dois conselhos superiores. Para

Mozarildo reivindica recursos para instituição adquirir equipamentos

Em homenagem aos 38 anos da Polícia Federal, o senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) reivindicou ontem mais recursos para a instituição, que permitiriam o aumento de seu contingente e aquisição de equipamentos que a insiram



Mozarildo: verbas são necessárias para assegurar guarda das fronteiras

“no contexto do século 21, globalizado, tecnologicamente avançado”. Os recursos são necessários para assegurar a guarda das fronteiras e evitar a expansão do narcotráfico para os grandes centros do país, acrescentou.

Mozarildo também ressaltou a eficiência e credibilidade do órgão. Para ele, uma organização como a Polícia Federal, que cruza informações com todas as unidades federativas do Brasil e exterior, é necessária devido às condições geográficas, sociais, econômicas e tecnológicas do país.

O senador ressaltou que o Brasil é um país de dimensões continentais, que faz fronteira com quase todas as nações da Améri-

ca do Sul e possui uma das maiores estruturas portuárias do mundo. Destacou também que o Brasil é o centro mais importante do Cone Sul, tanto do ponto de vista econômico quanto tecnológico. O território nacional, acrescentou, apresenta contrastes sociais evidentes.

completar a estrutura, lembrou, há uma área técnica, composta pelo Instituto Nacional de Criminalística, Instituto Nacional de Identificação, Coordenação Geral de Telemática e Academia Nacional de Polícia.

Tuma agradeceu sua indicação como diretor-geral da Polícia Federal pelo então presidente José Sarney e sua continuidade no cargo, assegurada pelo então ministro da Justiça do governo Collor, Bernardo Cabral. Sarney e Cabral, hoje senadores, estavam no Plenário no momento do discurso.

Em aparte, Cabral disse que “poucos homens públicos são tão leais como Tuma”. O senador Lindberg Cury (PFL-DF) questionou se não seria o caso de as Forças Armadas desenvolverem tarefas específicas no combate ao crime. Para Tuma, as Forças Armadas não podem ter essas tarefas como atribuição principal.

Nesse contexto, a Polícia Federal exerce, de acordo com Mozarildo, funções de grande relevância definidas pela Constituição, como o combate ao narcotráfico e ao contrabando; o controle das fronteiras, portos e aeroportos; a emissão de passaportes; o registro de estrangeiros; o controle e a fiscalização da segurança privada; e a proteção a autoridades e diplomatas.

O senador destacou que constitui função exclusiva da PF a atuação como polícia judiciária eleitoral.

Emenda amplia alcance do Fundo de Segurança Pública

Proposta de Arlindo Porto aprovada ontem garante que pequenos municípios também recebam verbas federais para combate à violência

A Comissão Mista de Segurança Pública aprovou ontem parecer do deputado Moroni Torgan (PFL-CE) favorável à emenda de Plenário do senador Arlindo Porto (PTB-MG) ao projeto de lei que altera o Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP). A proposta de Porto possibilita que municípios sem guardas municipais também recebam recursos do FNSP.

Para a melhor aplicação das verbas destinadas à segurança pública, o projeto de lei, de autoria da comissão, determina que parcela dos recursos do fundo seja destinada a municípios que mantenham guardas municipais. Porém, ao limitar a destinação de verbas às cidades que tenham seu corpo de segurança, na opinião de Porto, a proposta nega igualdade de tratamento aos municípios menos populosos e com menos recursos.

Conforme a emenda, os municípios que investirem recursos de modo a “contribuir decididamente na prevenção primária da segurança pública”, como a promoção de iniciativas educacionais, de



Iris Rezende, ao lado do deputado Cabo Júlio, preside reunião da Comissão de Segurança Pública, que também acolheu emenda de Gilvam Borges

prevenção, iluminação pública e lazer, também poderão ter acesso aos recursos do FNSP.

– Os pequenos municípios têm o direito inegável e a necessidade de participar do fundo que apoiará ações preventivas de segurança pública – afirmou Torgan no parecer, lido na reunião pelo deputado Cabo Júlio (PL-MG).

DELEGADO

Os parlamentares da comissão aprovaram ainda parecer de Torgan favorável à emenda de

Plenário do senador Gilvam Borges (PMDB-AP) que substituiu a expressão “delegado de polícia” por “autoridade policial judiciária, civil ou militar” no projeto de lei que altera a legislação sobre o regime especial de cumprimento de pena de líderes de organizações criminosas. Para Torgan, a sugestão de Gilvam, por ser mais genérica, contempla maior número de casos, já que, “algumas vezes, quem conduz o inquérito realmente não é o delegado”.

Comissão continuará funcionando, anuncia Iris

O presidente da Comissão Mista de Segurança Pública, senador Iris Rezende (PMDB-GO), anunciou ontem que o colegiado continuará funcionando, de acordo com decisão do Congresso Nacional, para que as propostas que fizeram parte de seu relatório final possam ser discutidas e acompanhadas. Ele destacou o empenho do presidente do Senado, Ramez Tebet, que vem garantindo rápida tramitação dos dez projetos de

lei da comissão que estão no Senado.

– Gostaria de reconhecer o esforço da Mesa do Senado e, em especial, do presidente Ramez Tebet, que conseguiu fazer com que as propostas fossem encaminhadas à Câmara antes do recesso de julho. A Câmara também avançou na tramitação, mas o que conseguiu o Senado é digno de nota, dando prosseguimento ao que fez a comissão mista – afir-

mou o senador.

Para Iris Rezende, as propostas da comissão, por terem um regime de tramitação mais rápida, baseado no Regimento Comum, são uma boa oportunidade para que o Brasil possa ver atualizadas diversas leis, como o Código de Processo Penal, Código Penal, Lei de Execução Penal e Lei de Crimes Hediondos, que “estavam por merecer atenção especial do Congresso Nacional”.

Para Tebet, Bandeira representa união do Brasil

O presidente do Senado, Ramez Tebet, disse ontem que, entre todos os símbolos que permeiam a vida nacional, a Bandeira representa a união em torno de um projeto comum chamado Brasil. Tebet afirmou que gostaria de ver, como é comum em outros países, a Bandeira brasileira hasteada não apenas nos prédios públicos, mas também “nas residências, nos prédios comerciais, em todo lugar”. A afirmação ocorreu durante cerimônia em homenagem ao Dia da Bandeira.

– Estamos nos desabitando no Brasil de come-

morar as datas que nos são caras, que deveríamos reverenciar – lamentou.

Tebet disse acreditar que, no atual momento histórico do país, de real alternância de poder, o Hino à Bandeira traz a lembrança da grandeza da pátria e da consolidação da democracia. Para ele, mais do que nunca versos como “salve lindo pendão da esperança, salve símbolo augusto da paz” ecoam como “um brado de toda a nação brasileira”. Trata-se, disse, de “um clamor por novos tempos, tempos de paz e concórdia e felicidade do povo”.

Tebet defende ação contra o protecionismo dos ricos

Presidente do Senado afirma na cúpula sobre integração que cabe ao Legislativo acompanhar de perto as negociações sobre a Alca

O presidente do Senado, Ramez Tebet, disse ontem, ao discursar na abertura da Cúpula Parlamentar de Integração Continental, que cabe ao Legislativo, como Poder representativo da população, o dever de acompanhar de perto as negociações sobre a criação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca), visando especialmente “combater os protecionismos que constituem obstáculo à prosperidade de todos”.

– O Parlamento deve acompanhar de perto as negociações envolvidas na possível criação da Alca, para que as decisões firmadas sejam não só eficazes, mas também legítimas – afirmou.

Tebet referiu-se ao Mercosul – organização que reúne Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai – como “exemplo da afirmação dos valores democráticos sobre toda e qualquer espécie de veleidade autoritária”, e expressou preocu-



Ramez Tebet ressalta preocupação com subsídios agrícolas, sobretaxas industriais e quotas que perpetuam privilégios dos países mais ricos

pação com o protecionismo.

– Vemos, com preocupante frequência, o estabelecimento de subsídios agrícolas, sobretaxas industriais e quotas que servem apenas para perpetuar os privilégios dos mais ricos. Se a Alca pretende ser o foro de defesa do livre comércio e do progresso de todos, teremos de enfrentar o pernicioso protecionismo dos países ricos na agricultura.

Participaram da reunião, no Plenário da Câmara dos Deputados,

o presidente da Câmara, Aécio Neves, e os ministros das Relações Exteriores, Celso Lafer, e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Sérgio Amaral.

BANDEIRA

Ainda ontem, Tebet participou da cerimônia de hasteamento do Pavilhão Nacional, em comemoração ao Dia da Bandeira, realizada no Salão Negro do Congresso. O primeiro-secretário do Senado, Carlos Wilson (PTB-PE), compareceu à solenidade.

Esforço para criar a Alca teve início em 1994

A meta principal da Área de Livre Comércio das Américas (Alca) é criar uma zona livre de barreiras ao comércio e ao investimento entre os países das Américas. A região das Américas constitui um bloco econômico importante que engloba desde o extremo norte do continente em Yukon, no Canadá, até o extremo sul da Argentina, na Terra do Fogo. Essa região tem uma população de 823,2 milhões de habitantes e um PIB de mais de US\$ 10,8 trilhões.

O esforço para unir as economias iniciou-se com a Cúpula das Américas, realizada em Miami (EUA),

em dezembro de 1994. Os chefes de Estado e de governo de 34 países formalizaram a Alca, para que, progressivamente, as barreiras ao comércio sejam eliminadas, além de integrar e analisar diversas matérias que impactam a economia desses países. O processo de formação da Alca, que se estenderá até 2005, prevê, além de reuniões anuais dos ministros responsáveis pelo comércio, o cumprimento de uma agenda especializada, a cargo de 11 grupos de trabalho. Desde a Cúpula de Miami, o Brasil e os demais integrantes do Mercosul têm atuado de forma coesa e defendido posições comuns.

Delegados serão ouvidos sobre atividade da CIA

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou ontem requerimento do senador Jefferson Péres (PDT-AM) para que os delegados aposentados da Polícia Federal (PF) José Roberto Benedito Pereira, Artur Lobo Filho e Luiz Zubcov sejam convidados a prestar esclarecimentos sobre atuação clandestina da Central Intelligence Agency (CIA) no Brasil, denunciada pela revista *IstoÉ*. Segundo a revista, a CIA estaria trabalhando em conjunto com a PF, por inter-

médio do Serviço de Operações de Inteligência Policial (Soip), já tendo grampeado até mesmo conversas telefônicas do presidente Fernando Henrique Cardoso.

A CRE também aprovou as indicações dos diplomatas Eduardo Monteiro de Barros Roxo e Osmar Vladimir Chohfi para ocuparem os cargos de embaixador na Síria e na Espanha. As indicações dependem de aprovação do Plenário.

O presidente da CRE, Jefferson Péres, ainda comunicou o recebimento de convite dirigido aos

membros da comissão pela embaixada do Canadá, para um café da manhã com o vice-ministro canadense de Comércio Exterior, Leonard J. Edwards. O vice-ministro falará sobre a experiência do Canadá em nove anos de Nafta (área de comércio abrangida pelo Canadá, Estados Unidos e México).

Hoje, às 17h30, a CRE voltará a se reunir para ouvir o ministro das Relações Exteriores, Celso Lafer, sobre a possível guerra entre Estados Unidos e Iraque e as consequências para o Brasil.

Suplicy destaca a boa fase do cinema brasileiro

Ao elogiar a qualidade da atual produção do cinema brasileiro, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) destacou que os filmes *Madame Satã* e *Uma vida em segredo* ganharam praticamente todas as premiações do Festival de Huelva, na Espanha, concorrendo com 12 outras películas ibero-americanas. Ele registrou ainda o início do 35º Festival de Brasília do Cinema Brasileiro.

– Filmes como *Cidade de Deus*, *Madame Satã* e outros têm feito com que milhares de brasileiros cheguem às salas de cinema e tenham vontade de aplaudir e voltar para assistir a outros filmes nacionais da qualidade destes.

O senador comentou que no final de semana assistiu a *Madame Satã*. Ele elogiou a direção de Karim Aïnouz, a qualidade dos atores, o colorido das imagens, a fotografia e a história comovente.

Outro que reforçou a satisfação sobre a boa fase do cinema nacional foi o senador Roberto Saturnino (PT-RJ), que assistiu ao filme *Madame Satã* na mesma sessão que Suplicy.

Já Francelino Pereira (PFL-MG) lembrou que o Senado contribuiu

para o ressurgimento do cinema nacional ao colaborar na criação da Agência Nacional do Cinema (Ancine). Ele também mencionou o filme *Uma*

onda no ar, de Helvécio Ratton.

O senador Lindberg Cury (PFL-DF) reforçou o convite para que os parlamentares participem da 35ª edição do Festival de Brasília do Cinema Brasileiro.

ALCA

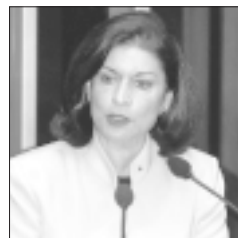
Suplicy também leu texto de Paulo Nogueira Baptista Júnior, publicado na *Folha de S. Paulo*, analisando a situação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca). O senador também pediu a inserção em ata do editorial do jornal *O Estado de S. Paulo* sobre o acordo firmado entre ministros da Justiça e Interior do Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai, Bolívia e Chile para que cidadãos desses países possam circular livremente nos seus territórios.

Emilia aponta avanços e dificuldades dos negros

Evocando os 307 anos da morte de Zumbi dos Palmares, a senadora Emilia Fernandes (PT-RS) fez ontem um balanço das conquistas e dificuldades dos negros no Brasil. Ela destacou compromissos já anunciados pelo futuro gover-

no de Luiz Inácio Lula da Silva em relação à população negra, que ela quer que “se tornem realidade”.

Entre esses compromissos, a parlamentar citou a efetivação da titularidade de terras às comunidades remanescentes de quilombos urbanos e rurais; a criação de programas de profissionalização de mão-de-obra e geração de renda; o cumprimento da Convenção III da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que trata da existência de situações de discriminação em relação ao emprego e na admissão no mercado de trabalho entre homens e mu-



Emilia espera que compromissos de Lula se concretizem

heres, brancos e negros; a garantia da representação e da visibilidade de grupos étnicos em todas as atividades de comunicação do governo, como políticas públicas e campanhas; e a instituição de programas de combate à violência racial, com foco para as dificuldades da comunidade negra – para ela, uma prioridade.

– Consideramos que o atual momento político, no qual o Brasil, em sua transição democrática de poder, busca garantir o tratamento da questão social como o principal eixo estruturante para a reconstrução nacional, é extremamente favorável para que seja enfrentado com prioridade o debate e a formulação de propostas de combate ao racismo, o que contribuirá para a busca de garantia da equidade e justiça social – afirmou Emilia Fernandes.